

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis, Vozes: 2002. 325p.

Maurice Tardif é educador e sociólogo canadense, pesquisador conhecido internacionalmente e professor titular da Universidade de Montreal, onde dirige o mais importante centro de pesquisa sobre a profissão docente. É membro de vários grupos, comissões e associações de pesquisa no Brasil, principalmente na área de formação de professores.

Esta obra discute o saber dos professores em sua profissão e está dividida em duas partes. A primeira, intitulada "O saber dos professores em seu trabalho" e a segunda, intitulada "O saber dos professores em sua formação".

A obra traz uma parte introdutória onde o autor nos chama a atenção para dois extremos da natureza social do saber docente: o mentalismo, que reduz os saberes docentes aos processos mentais; e o sociologismo, que é a total eliminação da contribuição dos atores na construção concreta do saber. E, em contrapartida, defende a natureza social do saber docente.

No capítulo inicial, intitulado "Os professores diante do saber: esboço de uma problemática do saber docente", o autor tece vários questionamentos em busca de uma reflexão sobre o campo de conhecimento dos professores. O autor é enfático ao colocar a diferença entre o saber da formação e os saberes da experiência. Os saberes da formação vêm carregados de discurso acadêmico e se impõem no sentido de produzirem conhecimentos sem considerar os atores (docentes) envolvidos no processo. Os saberes da experiência são fundamentados na prática cotidiana e no conhecimento da realidade vivida. O autor alerta os docentes para a socialização dos saberes da experiência com áreas produtoras de conhecimento, para assim legitimarem sua produção. Também defende uma "parceria entre professores, corpus universitários de formadores e responsáveis pelo sistema educacional" (p.55).

No segundo capítulo, intitulado "Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério", traz uma discussão sobre como ensinar provém da história de vida dos professores e do seu desenvolvimento durante toda a sua carreira profissional, dando destaque aos saberes da experiência, no qual é modelado no decorrer da história pessoal, escolar e profissional dos professores. Durante essa trajetória o professor constrói suas atitudes e maneiras de saber ser e saber fazer.

No terceiro capítulo, denominado "O trabalho docente, a pedagogia e o ensino - interações humanas, tecnologias e dilemas", procura mostrar como o trabalho dos professores é diferente do trabalho industrial, bem como, o autor faz uma contextualização da pesquisa sobre a formação docente no Brasil, que a partir dos anos de 1990 passa a vislumbrar, na sala de aula, um espaço rico de possibilidades de investigação.

No quarto capítulo, intitulado "Elementos para uma teoria da prática educativa", o autor fundamenta-se na abordagem das teorias contemporâneas da ação e na história das concepções da atividade educacional, para mostrar que a prática educacional constitui uma das categorias fundamentais da atividade humana, tendo significativa relevância histórica, pois originalmente foi considerada uma arte, depois, na modernidade, uma técnica e atualmente uma interação. Dessa forma, torna-se necessário aos professores o conhecimento desse processo histórico para uma melhor compreensão da natureza do saber que serve de base ao ensino.

No quinto capítulo, que encerra a primeira parte do livro e tem por título "O professor enquanto ator racional - que racionalidade, que saber, que juízo?", o autor fornece

pistas para responder ao seguinte questionamento: o que se deve entender por saber? Na sua concepção, a definição de saber é concebida de três formas e está apoiada em função de três lugares: a subjetividade, o juízo e, finalmente, o argumento. Na primeira concepção, o saber equivale à certeza subjetiva produzida pelo pensamento racional: é uma intuição ou uma representação subjetiva, resultante da indução ou de uma cadeia de raciocínios. Na segunda concepção, o saber é considerado o juízo verdadeiro sobre alguma coisa: é o ato de julgar os discursos sobre os fatos (realidade objetiva), excluindo-se aqui, os juízos de valor (subjetivos) e a vivência. Na terceira concepção, o saber consiste na atividade discursiva desenvolvida de forma intersubjetiva: mais do que representação subjetiva ou correspondência entre asserções e fatos, é a capacidade de debater com outras pessoas, através de palavras e ações, a fim de obter consensos racionais. Para Tardif embora tais concepções sejam diferentes elas têm em comum de maneira global e sistemática a idéia de experiência de racionalidade, isto é, tem como fundamento o pensamento do sujeito racional. Todavia, dentre as três concepções citadas, a última é a que se coaduna ao saber docente.

A segunda parte do livro inicia-se com o sexto capítulo denominado "Os professores enquanto sujeitos do conhecimento", no qual o autor elenca algumas conseqüências das concepções atuais relativas à subjetividade e ao seu papel no ensino. E propõe uma reflexão do saber fazer, das competências e habilidades que fundamentam a prática dos professores no ambiente escolar.

No sétimo capítulo intitulado "Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários - elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências para a profissão docente". Nele o autor faz uma análise sobre a existência de um paradoxo na conjuntura contemporânea relativa à formação do professor. Onde, por um lado, haveria um movimento de profissionalização do trabalho docente e, por outro, a formação estaria passando por um período de crise. E, portanto, é nesse contexto duplamente coercitivo que o autor tenta lançar as bases de uma verdadeira epistemologia da prática dos professores, ao mesmo tempo procura mostrar as conseqüências dessa epistemologia para as concepções e práticas atuais.

Finalmente, o oitavo capítulo intitulado "Ambigüidade do saber docente", apresenta um balanço crítico das reformas empreendidas durante a década de 1990 sobre formação de professores, e tece suas discussões quanto à necessidade de reflexão no que tange à formação docente que, para ele deve ser uma formação de "alto nível" com destaque para pesquisa em educação proporcionando aos professores conhecimentos para aperfeiçoar sua prática.

Considero esta obra de suma importância para os estudantes e pesquisadores de pós-graduação em educação, e também para os educadores em geral, discentes do curso de pedagogia e demais licenciaturas, uma vez que a mesma proporciona um melhor entendimento sobre seus próprios saberes e sua formação. A despeito da pluralidade de autores referidos, a obra não é hermética, ao contrário, possui uma linguagem clara e acessível aliada a uma argumentação coerente e precisa. Assim, a leitura da referida obra é altamente recomendável.

Resenhado por Fernanda Antônia Barbosa da Mota,
mestre em educação, professora do Curso de
Pedagogia da Universidade Federal do Piauí.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A Origem da Desigualdade entre os Homens**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2000.

Jean Jacques Rousseau, escritor, filósofo, nasceu em Genebra na Suíça, em 1712. Foi um dos pensadores mais considerados na Europa do século XVIII, sendo um dos filósofos da doutrina que ele mesmo chamou "materialismo dos sensatos", ou "teísmo", ou "religião civil". Sua obra inspirou reformas políticas e educacionais, e tornou-se, mais tarde, a base do chamado Romantismo. Formou, com Montesquieu e os liberais ingleses, o grupo de brilhantes pensadores pais da ciência política moderna. Tornou-se famoso por suas idéias filosóficas revolucionárias para a época. Sua filosofia, partidária de uma educação natural, sempre esteve vinculada a uma concepção otimista do homem e da natureza. Seu pensamento político, baseado na idéia da bondade natural do homem, levou-o a criticar em diversas ocasiões a desnaturalização, a injustiça e a opressão da sociedade contemporânea. Viu suas idéias serem condenadas pela sociedade da época, sendo forçado a viver como errante no país que escolhera para viver, França, aonde vem a falecer em julho de 1778.

As idéias de Rousseau, sem dúvida, influenciaram de modo marcante os homens que protagonizaram a Revolução Francesa de 1789, onde as concepções liberais se difundiram e guiaram ideologicamente a Revolução. Filósofo da natureza, da liberdade e igualdade, com suas obras, até hoje, inquieta a humanidade. Destacam-se entre suas principais obras, além da que se refere a presente resenha: O contrato social (1762); Emílio ou Da Educação (1762); Discurso sobre as Ciências e as Artes, entre outros.

O livro A Origem da Desigualdade entre os Homens, objeto desta resenha, em sua sétima edição, é parte da coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. A obra é uma crítica à sociedade moderna e um alerta sobre a exploração do homem pelo próprio homem. É também uma sátira à sociedade que privilegia o ter e não o ser. Aqui, Rousseau prega a volta do homem ao seu estado natural, sob novas formas de organização social, voltada ao amor à natureza que pressupõe liberdade de ser, liberdade de crescer, liberdade de se conglomerar e de se reorganizar. Para o autor, o homem é naturalmente bom, nasceu livre, porém sua maldade ou sua deteriorização adveio com a sociedade que não só permitiu, mas impôs a servidão, a escravidão, a tirania e inúmeras leis que privilegiavam uma classe dominante em detrimento da grande maioria, instaurando assim, a desigualdade em todos os seguimentos da sociedade humana. Mesmo com algumas passagens redundantes e por vezes repetitivas, A Origem da Desigualdade entre os Homens tem uma leitura fácil e agradável. O livro traz, em um total de 112 páginas, uma Apresentação redigida pelo tradutor, Vida e Obra de Jean-Jaques Rousseau, Discurso à Republica de Genebra, Prefácio de autoria do próprio Rousseau em 1754, Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens, Parte 1, Parte 2 e, por último, nas Notas, o livro traz informações úteis para um melhor entendimento das passagens do texto.

Em uma breve, mas clara, apresentação, Ciro Mioranza, o tradutor da obra, introduz o pensamento rousseauriano que fundamentou o livro, bem como aborda temas recorrentes que embasam o leitor, propiciando uma melhor compreensão da obra. O Tradutor ainda destaca a relevância de ontem e de hoje do livro, assim como sua influência na sociedade contemporânea.

Em "Discurso à Republica de Genebra" Rousseau declara, a uma platéia de magistrados, suas crenças sobre a sociedade, sobre a liberdade e sobre o homem. Aqui, de maneira rebuscada e se utilizando de vocabulário confuso, parece descrever uma sociedade ideal (sua sociedade ideal) para se viver, uma pátria onde todos vivem bem.

Com esse discurso, de certa maneira, contradiz suas próprias crenças ao elogiar demasiadamente os magistrados que o escutam, sendo esses fiéis representantes da classe dominadora, aquela que apóia a subserviência e a tirania. O que não se sabe ao certo é se a forma como Rousseau se dirige aos magistrados é realmente um "ajoeilhamento" perante a sua autoridade ou uma sutil ironia àqueles que o escutam.

No Prefácio, escrito de forma coesa e concisa, Rousseau faz esclarecimentos sobre a própria natureza do homem, haja vista acreditar "[...] que para se conhecer a fonte das desigualdades entre os homens, primeiro se faz necessário conhecer o próprio homem. [...]" (p. 21). Nesse sentido, o autor introduz a afirmação de que a natureza humana foi, ao longo dos tempos, alterada de tal forma que, nos tempos da obra, não se parecia nem um pouco com aquela observada no princípio da humanidade. Afirma ainda, que foi através dessas mudanças sucessivas da constituição humana que se deu a origem da desigualdade entre os homens, e que se faz necessário identificar onde e em que época se registra a primeira ocorrência. Doravante, essa primeira fonte da desigualdade, através da análise da mudança na natureza do homem, de sua constituição e de seu estado, pode ou poderia deduzir os princípios desse processo.

No "Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens", o autor define o termo desigualdade de acordo com o sentido a que recebe em sua obra. Ele afirma que existem dois tipos de desigualdade, uma a que chama de Natural ou Física, estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças, etc. E a outra, chamada por ele de Desigualdade Moral ou Política, que depende de uma convenção e que é estabelecida pelos homens. É justamente desse segundo tipo de desigualdade que Rousseau trata em seu livro. Com o objetivo de assinalar no progresso das coisas o momento em que a natureza foi submetida à lei e explicar por que o forte pôde definir-se por servir o fraco e o povo adquirir uma tranqüilidade, o autor tenta responder à questão: "o que poderia ter-se tornado o gênero humano se tivesse ficado abandonado a si mesmo?". E é a partir da resposta a tal indagação que Rousseau conta, da maneira como acredita, a história da humanidade.

Na Primeira Parte, Rousseau percorre 26 longas páginas tentando fazer clara a diferença entre a natureza do homem e a dos outros animais, assim como, em um segundo momento, as diferenças do homem selvagem para o homem moderno. Se utilizando para tal de todos os argumentos que possui, enfatizando uns e citando outros, até chegar à conclusão de que o que distingue o homem dos animais não é a razão e sim a liberdade, e o que distingue o selvagem do homem moderno não é a desigualdade propriamente dita, mas a perfectibilidade, as virtudes sociais e as outras faculdades que o homem natural tem em potencial.

"[...] para bem julgar o estado natural do homem, considerá-lo desde sua origem e examiná-lo no primeiro embrião da espécie [...]" (p. 31). Com essa afirmativa, referente ao primeiro dilema, Rousseau declara sua intenção de discorrer sobre o homem, não do ponto de vista de seu desenvolvimento, nem como animal enquanto simples ser vivo, mas sim, como ele mesmo define: "o ser constituído de todos os dons sobrenaturais que pudesse ter recebido e de todas as faculdades artificiais que pudesse ter adquirido". Nessa parte ele mostra, por várias razões, que o homem é superior aos demais animais e, principalmente, através da faculdade que o homem tem de se aperfeiçoar é que fica mais nítida tal superioridade.

Ainda na primeira Parte, é feita a diferenciação do homem moderno para o homem selvagem. Perfazendo uma crítica ao pensamento de Tomas Hobbes que via o homem como um ser naturalmente mau, vicioso porque não conhece a virtude, Rousseau aborda tanto as características físicas (enfermidades, a infância, a velhice e as doenças) quanto o lado metafísico e moral dos homens. Como ponto crucial dessa passagem, destaca

que o estado de natureza do homem é aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros e que esse estado é o mais apropriado à paz e o mais conveniente ao gênero humano. Para embasar e, de certa forma comprovar, seu pensamento, Rousseau faz uso de muitas exemplificações, dentre elas, a mais contundente é o destaque dado à língua humana, seu surgimento e evolução.

Depois de, na primeira Parte do livro, haver provado que a desigualdade é sensível apenas no estado de natureza, Rousseau tenta mostrar, na segunda Parte, a origem e os progressos dessa desigualdade nos sucessivos desenvolvimentos do espírito humano. Ele afirma que na medida em que vai interagindo com o meio - e esse contato é inevitável -, o homem vai sofrendo adaptações e essa característica está na origem de todos os males da civilização, ou seja, à medida que o gênero humano se estendia, as dificuldades se multiplicavam para os homens.

Aqui, o autor discorre, inicialmente, sobre a sociedade civil e a idéia de propriedade construída ao longo dos tempos pelo homem, a qual surgiu verdadeiramente, de acordo com Rousseau, quando "[...] o primeiro que, cercando um terreno, se lembrou de dizer 'isto é meu' e encontrou pessoas bastante simples para acreditar." (p. 57). Essa idéia de posse, para Rousseau, se tornou um dos maiores males da humanidade aonde os homens chegam ao ponto de sentir que a privação de suas posses se tornou muito mais cruel do que o quanto sua posse havia sido prazerosa, "[...] e tornaram-se infelizes ao perdê-las, sem ficarem felizes ao possuí-las." (p. 61). E é, a partir desse sentimento de posse cultivado pelo homem, que derivam os outros males que assolam a humanidade, tais como: a preferência, o ciúme, a discórdia, a desigualdade, o vício, a vaidade, entre outros, muitos outros.

Nos primórdios da sociedade as coisas poderiam ter ficado iguais se os talentos e habilidades fossem iguais, se tudo fosse repartido igualmente, porém a proporção que nada mantinha foi logo rompida. O mais forte que executava maior trabalho conseqüentemente tinha mais, o mais destro tirava melhor proveito do que possuía. E assim, trabalhando "igualmente", um ganhava muito, enquanto outro mal tirava do que sobreviver. E é exatamente nesse ponto que essas diferenças entre os homens passam a ser percebidas, quando essas circunstâncias se tornam mais sensíveis, dando ênfase à tão falada desigualdade natural, ocasionando, mais adiante, a dominação e servidão dos que têm mais sobre os que menos possuem. Assim, "[...] de livre e independente que o homem havia sido anteriormente, aí está ele, por uma multidão de novas necessidades, submetido a toda natureza e principalmente os seus semelhantes [...]" (p. 68).

Como segundo ponto nessa passagem, Rousseau afirma que a desigualdade entre os homens tem as seguintes origens: divisão do trabalho, desenvolvimento da agricultura e descoberta da metalurgia. O cultivo das terras pelo homem provocou a repartição das mesmas e, assim, se desenvolveu a propriedade privada, que daria fim a tão estimada liberdade do homem. Com a instituição da propriedade privada o estado de natureza é substituído, então, pelo estado de guerra: preocupados mais em ter do que em ser, os homens começam a entrar em conflito uns com os outros. Desse modo, surge então a necessidade de se estabelecer regras e normas para controlá-los - as leis. É preciso, portanto, estabelecer o Estado, juntamente com suas leis, dando início, assim, ao surgimento da sociedade que conhecemos.

É preciso dizer, para concluir, que Rousseau está longe de ser um revolucionário. Ele diz, através de sua obra, que o homem seria muito mais feliz sem o surgimento da propriedade privada e do conseqüente desenvolvimento da sociedade. No entanto, não apresenta nenhuma alternativa aparente para essa realidade e admite inclusive que o fim do estado de natureza, pela própria característica de "perfectibilidade" do homem, era inevitável. O pensador também afirma que o estado de natureza pode nunca ter existido -

como podemos saber então? O fato é que, mesmo sendo considerado um opúsculo (pequena obra), A Origem da Desigualdade entre os Homens de Rousseau trás à tona a utilização inadequada dos instrumentos que o homem dispõe para se organizar como grupo social, desrespeitando a liberdade individual, a bondade e a inocência inatas do ser humano. Esta pequena obra trouxe, para a Europa do século XVIII, idéias revolucionárias e, para o homem do século XXI, não deixa de ser motivo de grande reflexão.

Resenhado por Sidclay Ferreira Maia, mestrando do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí - UFPI, especialista em Recursos Humanos (UFPI), Licenciado em Letras-Inglês pela Universidade Estadual do Piauí e graduado em Administração de Empresas (UFPI).

E-mal: sidmaia@hotmail.com